

A EJA E O ENSINO DE HISTÓRIA: UMA ABORDAGEM ACERCA DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS UTILIZADOS EM ESCOLAS DO CAMPO NO MUNICÍPIO DO CANTÁ-RR

Jussara de Almeida Oliveira

Possui graduação em Pedagogia, Graduada em Gestão de Recursos Humanos, Segunda Licenciatura em Língua Portuguesa, Especialista em Metodologia do Ensino Superior, Especialista em Educação do Campo e suas Metodologias de Ensino, Especialista em Psicopedagogia.

Oswaldo Piedade Pereira Silva

Mestre em Educação pela Universidade de Sorocaba, Mestrado sanduíche pela Universidade do Porto – Portugal; Coordenador do Curso de Pedagogia da UERR, Coordenador das Especializações Psicopedagogia Clínica e Institucional; Saúde Mental e Atenção Psicossocial e Docência e Gestão do Ensino Superior – Centro Universitário Estácio da Amazônia.

RESUMO

A presente pesquisa buscou analisar os procedimentos metodológicos utilizados na Educação de Jovens e Adultos, no ensino de História na Educação do Campo praticada no Município do Cantá-RR. Percebendo que o ensino de História, tem sido tratado pedagogicamente a partir da visão cronológica dos grandes feitos europeus. A pesquisa foi direcionada para um estudo detalhado da situação problema e buscou compreender, investigar, analisar os procedimentos metodológicos utilizados pelos professores na educação do campo. Sendo através da descrição de forma detalhada dos dados levantados, para que se possa compreender a pesquisa em sua totalidade. A pesquisa teve como espaço de investigação turmas da EJA, do segundo seguimento (6º ao 9º ano) Ensino Fundamental, cujas aulas ocorrem no período da noite. O campo de pesquisa consistiu em 3 (três) escolas da rede pública. De natureza qualitativa, a pesquisa se inscreve no rol das pesquisas críticas uma vez que se fundamenta em autores que criticam o modelo de educação que não atende em sua metodologia a proposta socialmente construída de Educação do Campo.

Palavras - chave: Educação do Campo. Educação de Jovens e Adultos. Procedimento Metodológico.

RESUMEN

La presente investigación buscó analizar los procedimientos metodológicos utilizados en la Educación de Jóvenes y Adultos, en la enseñanza de Historia en la Educación del Campo practicada en el Municipio de Cantá-RR. Percibiendo que la enseñanza de historia, ha sido tratado pedagógicamente a partir de la visión cronológica de los grandes hechos europeos. La investigación fue dirigida a un estudio detallado de la situación problema y buscó comprender, investigar, analizar los procedimientos metodológicos utilizados por los profesores en la educación del campo. Siendo a través de la descripción de forma detallada de los datos levantados, para que se pueda comprender la investigación en su totalidad. La pesquisa tuvo como espacio de investigación clases de la EJA, del segundo seguimiento (6º al 9º año) Enseñanza Fundamental, cuyas clases ocurren en el período de la noche. El campo de investigación consistió en 3 (tres) escuelas de la red pública. De carácter cualitativo, la investigación se inscribe en el rol de las investigaciones críticas una vez que se fundamenta en autores que critican el modelo de educación que no atiende en su metodología la propuesta socialmente construida de Educación del Campo.

Palabras clave : Educación del Campo, Educación de Jóvenes y Adultos y Procedimiento Metodológico.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem por objetivo investigar e analisar os procedimentos metodológicos utilizados no âmbito da Educação de Jovens e Adultos, no segundo segmento (6º ao 9º ano), no ensino de História na Educação do Campo praticada no Município do Cantá-RR. Um estudo acerca de identificar quais procedimentos metodológicos são utilizados pelos professores da disciplina História no processo de ensino de conceitos fundamentais da disciplina, e como estes influenciam para o processo ensino-aprendizagem do aluno camponês. O que se percebe nos procedimentos metodológicos aplicados pelos professores da Educação de Jovens e Adultos na Educação do Campo, tem se configurado no tradicional, onde tudo se observa de cima, contextualizando sua história como protagonista para toda humanidade, e assim configurando o resto da humanidade no papel de secundário. E diante deste aspecto, e preocupante, pois a Educação do Campo defende uma metodologia que venha perpassar pela humanidade em seus aspectos de experiências de vida, das opiniões das pessoas comuns da mudança social em sua totalidade.

Conforme a resolução CNE/CEB Nº 1, DE 5 DE JULHO DE 2000, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos, é importante considerar no processo de ensino as situações, os perfis e as faixas etárias dos estudantes. Essa mesma resolução salienta ainda que a EJA precisa reparar a dívida histórica e social relacionada às pessoas que não tiveram acesso ou continuidade de seus estudos em idade própria, e se tratando do sujeito do campo, é necessário resgatar o espaço da escola e junto o desenvolvimento da qualidade de ensino. Nessa perspectiva, espera-se que a pesquisa possa contribuir para o ensino de História na EJA a partir de uma prática inovadora, para a condição de uma educação possível e capaz de

mudar significativamente a vida do sujeito do campo, para que assim lhe permita reescrever sua história de vida, contextualizando sua realidade, sua especificidade cultural.

METODOLOGIA

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Constata-se literatura educacional que a educação não era prioridade e as políticas públicas de fato não valorizava esse setor e agia com negligência, por parte do governo, deixando prevalecer o interesse da burguesia. E diante desse contexto, a EJA esteve inserido, posicionada à margem da sociedade, quanto ao processo educacional. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado reparar o atraso com a EJA lhe dando o direito à educação, assim assumir o compromisso reparador, que foi injusto com a EJA por décadas, e junto a Lei de Diretrizes e Bases 9394/1996 amparou com a modalidade de ensino.

Diante do contexto histórico pelo qual passou e passa a EJA, e na condição de educadores e especificamente da Educação do Campo, surge uma investigação, sendo levado em especial para a sala de aula, no âmbito da escola, com o ensino da EJA, no sentido de desvendar os procedimentos metodológicos que os professores da Educação do Campo, na modalidade EJA permeiam em suas práticas pedagógicas para os sujeitos, enquanto alunos do Campo. Entendendo que a EJA, deve receber um tratamento diferenciado, com metodologias específicas, que possa atender os sujeitos conforme sua realidade e necessidade, havendo o respeito às particularidades econômica, cultural e social. Haja vista que a EJA se diferencia dos demais ensinos da educação básica, no ensino regular, por serem

sujeitos que não puderam estudar, dá seguimentos aos estudos no regular, e se tratando dos sujeitos do Campo, que não tiveram oportunidade de estarem inseridos na escola, ou por falta da instituição, pois a sua realidade é bem diferente da cidade. De acordo com Soares (1996, p. 28):

A educação de jovens e adultos é antiga. Surge para atender à parcela significativa da população que não conseguiu e não consegue concluir o ensino fundamental na idade escolar, nos cursos diurnos. Ela é fruto da exclusão, da desigualdade social. São demandatários da educação de jovens e adultos aqueles que não tiveram acesso à escola na idade própria, os que foram reprovados, os que evadiram os que precisavam trabalhar para auxiliar a família.

No entanto, atualmente mesmo com as políticas públicas consolidadas, a realidade que se encontram é bem diferente do que está na Legislação. Professor da EJA na Educação do Campo encontra-se com um grande desafio, escola sem apoio educacional, funcionando por determinação dos educadores, sem livros didáticos específicos, professores sem formação continuada e perseverando na Educação do Campo, já que se encontram por conta própria. Isso acarreta para o descaso funcionamento do processo ensino-aprendizagem.

E se tratando dos procedimentos metodológicos aplicados aos alunos da EJA no Campo, constata-se uma defasagem condizente ao descaso que se encontra. São aplicados os conteúdos de forma tradicional, conforme Paulo Freire (1987) de forma bancária, sendo uma educação bancária, na qual o educador deposita as informações e valores morais que deseja e o aluno por sua vez apenas absorve e reproduz. Diante da problematização, há uma perspectiva na educação, onde o procedimento metodológico considere o ponto de partida para a inovação o próprio aluno, o sujeito camponês, suas necessidades existenciais, a

realidade de sua cultura, e que a partir dessa realidade possa vislumbrar possibilidades de superação. E esse processo, exige muito mais, uma relação entre educador e aluno, que ambos sejam reconhecidos como sujeitos do processo, e que diante disso venha eleger o diálogo como princípio norteador de uma prática, que visa desalienar o homem e assim contribuir com a construção do conhecimento diante de sua identidade, e realidade sócio-cultural. Os procedimentos conforme o PNLD (2014, p.162):

[...] relacionar as diversas manifestações artístico-culturais ao tema transversal, a Identidade. Dessa forma, existe uma articulação clara entre os volumes que se destinam ao Ensino Fundamental, possibilitando a ampliação das temáticas de modo coerente e adequado, inclusive de capítulo a capítulo. Além disso, as propostas articulam os conteúdos às experiências de vida e ao cotidiano, considerando a diversidade do público da EJA. As atividades propostas não subestimam a capacidade cognitiva dos estudantes a que se destinam, valendo-se de temas que interessam de fato aos jovens e adultos.

Portanto, respeitando a diversidade dos sujeitos da EJA na Educação do Campo, uma vez que resgata constantemente suas experiências de vida, histórias, conhecimentos prévios, tratando adequadamente as profissões, mostrando e estabelecendo relações com as mais diferentes formas de trabalho.

CAMINHOS PERCORRIDOS NA INVESTIGAÇÃO

Esta pesquisa teve como espaço de investigação turmas de EJA, do segundo seguimento (6º ao 9º ano) Ensino Fundamental, cujas aulas ocorrem no período da noite. Quanto a sua realização, a pesquisa ocorreu em períodos diferentes, uma primeira fase se deu no mês de maio no período de 12 a 26. A segunda fase ocorreu entre e 15 a 29 de setembro de 2014. O campo de pesquisa consistiu em 3

(três) escolas, sendo 2 (duas) da rede estadual: Escola Estadual José Aureliano da Costa e Escola Estadual Santa Catarina. A primeira de grande porte, localizada no centro do Município do Cantá recebendo alunos oriundos de diversas localidades, vicinais diferentes, pertencentes a uma classe social menos favorecida. A segunda de menor porte, localizada na Vila Santa Rita, por sua localização esta escola atende alunos de vicinais próximas sendo o seu público oriundo de classes sociais menos favorecidas.

Quanto as escolas do município, a pesquisa foi realizada na escola Municipal Arnaldo Brandão, localizada na Vila São Raimundo, escola de pequeno porte e de difícil acesso, recebendo alunos oriundos de diversas vicinais, também pertencentes a famílias de trabalhadores do campo e vilas da região, oriundos das classes sociais menos favorecidas.

Cada escola possui duas turmas da EJA, que atende o I seguimento e o II seguimento. No procedimento de coleta dos dados da pesquisa foi realizada observações em períodos diferentes, pois o 6º e 8º ano estudam no primeiro semestre e 7º e 9º no segundo semestre. A questão que orientou a pesquisa consistiu em investigar quais os procedimentos metodológicos utilizados pelos professores das escolas do campo que atuam na EJA com a disciplina História. O instrumento utilizado com os professores foi um questionário composto de 7 (sete) questões abertas. Responderam ao questionário 3 (três) docentes, um de cada escola. Além do questionário foram ainda realizadas observações nas salas de aula, de 6º ao 7º, 8º ao 9º ano, a fim de maximizar a confiabilidade dos resultados obtidos nessa pesquisa, foi assumido como procedimentos os registros das observações, onde foram feitas as anotações de fatos relevantes ao estudo.

Quanto à composição das turmas eram as seguintes: 18 alunos da Escola Arnaldo Brandão, que frequentavam a sala do 6º ao 7º ano da EJA; já na Escola Santa Catarina eram 16

alunos que cursavam a turma do 8º ao 9º ano. Na escola José Aureliano da Costa, nas turmas do 6º ao 7º ano, frequentavam, respectivamente, 21 e 19 alunos. Todas as observações foram realizadas mediante autorização das docentes atuantes nas turmas.

Na intenção de preservar a identidade dos professores que participaram da pesquisa e foram observados, as professoras citadas têm nomes fictícios: professor Maria da (Escola Arnaldo Brandão); professora Ana, (Escola Santa Catarina) e professora Cleide, (Escola José Aureliano).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

EDUCAÇÃO DO CAMPO

Educação é um processo extremamente relevante para a sociedade de modo geral, no entanto muitas vezes vem sendo tratada como um viés, que tem interesses alheios, sendo produtivista, pragmáticas, enfim que se desenvolve sem um projeto de educação própria. E se tratando da Educação do Campo, onde os sujeitos possuem suas especificidades, onde a história revela o quanto esses sujeitos não tiveram acesso à educação, ou tiveram de forma precariamente, é necessariamente uma educação voltada, constituída para atender a sua realidade de vida, o seu contexto histórico, assim se almeja uma Educação identitária do e no Campo. Esta surgiu mediante lutas dos movimentos sociais, em contraposição à educação vista somente como rural, reprodutora e imitadora a da cidade, que ainda se perpetua nos dias de hoje, mas, no entanto, gradativamente vem sendo articulada, junto ao poder público, e as universidades para de fato se fazer valer as políticas públicas educacionais, e que estejam preocupadas com as subjetividades dos camponeses e suas especificidades culturais. Conforme Vargas (2004, p. 6):

A Articulação por uma Educação do Campo nasce como resultado de uma caminhada que se iniciou em julho de 1997, quando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - MST realiza o I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (I ENERA), em parceria com organizações como o Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB e a Universidade de Brasília - UnB. Neste encontro, lançou-se o desafio de as entidades parceiras desenvolverem algo mais amplo, que desse conta do contexto do campo, em geral, e de todos os seus sujeitos.

A Educação do Campo tem sido historicamente marginalizada, nos aspectos de construção de políticas públicas, nos setores dos sistemas educacionais, tratada como compensatória, deixada sem amparo, trabalhada a partir de um currículo extremamente urbano, sem a identidade dos alunos do campo, deslocando sua cultura, sua realidade campestre. É pertinente ressaltar a insatisfação como vem sendo tratada a Educação do Campo, pelo sistema elitista, pois não tem atendido satisfatoriamente suas reais necessidades, e muito menos respeitado suas especificidades, sua cultura e padrão de vida dos sujeitos do campo. De acordo com Araújo (2004, p.174):

Educação de qualidade constituía e ainda constitui, em grande medida, privilégio de classe. Os currículos, conteúdos e calendários urbanos, escolas precárias, entre outros, além da ausência de políticas públicas estratégicas, consistentes e contínuas, asseguradoras desse direito, são indicadores do descaso que historicamente caracterizou o poder público em relação à Educação do Campo.

Dessa forma, os povos do campo são desarticulados, em seus direitos, direitos que conquistaram ao longo do tempo, através de debates e lutas desde os primeiros movimentos sobre Reforma Agrária, e sua relação de

produção no campo, com as reivindicações de projeto popular de educação. Caldart (2004), salienta que o modelo da Educação do Campo, nasceu na relação, vinculado nos trabalhadores pobres do campo, aos dispostos a lutar contra a situação em que estavam, sem-terra, sem lugar próprio de moradia e sem educação, assim criando um olhar para o conjunto de trabalhadores do campo, em busca de projeto que possa atender suas necessidades enquanto sujeito do campo.

Nessa perspectiva a Educação do Campo, deve ser construída para os diversos sujeitos camponeses, para as práticas sociais diversificadas, as diversas culturas que compõem o campo. Em todas as dimensões, culturais, econômicas, políticas, éticas, ambientais e sociais, a educação voltada para suas particularidades, pluralidade de diversos no campo, é um importante recurso para a transformação da realidade desses sujeitos. Educação é um direito de todos, e se tratando do campo, significa que esta se faça no e do campo. Pois conforme Caldart (2004, p. 25-6), “[...] povo tem direito a ser educado no lugar onde vive, o povo tem direito a uma participação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais [...]”, a autora defende que seja reconhecida a realidade social dos sujeitos do campo, para que seja definido o que é importante e melhor para seu coletivo.

É nessa dimensão que a Educação do Campo deve prosseguir, e buscar resgatar escolas que visem ação social, educacional para os vivem no campo, conforme Ghedin (2007), a escola é uma construção no contexto ao longo do tempo, sendo histórica, é formulada de acordo com a cultura da sociedade que a formula, com intencionalidades e representações. Portanto a escola do campo deve ser direcionada para fortalecer os povos do campo, como sujeitos sociais, levando em consideração que pode ajudar no processo de humanização do conjunto da sociedade, por suas lutas, sua cultura, conquistas, seus saberes, seu

jeito peculiar. E quando esta se constitui, está sendo concretizada e organizada e em movimento, assumindo sua identidade, para as diversas formas de organização de trabalho dos povos do campo.

Historicamente a educação sempre esteve presente nas Constituições do Brasil, mas a Educação rural nas Constituições de 1824 e 1891, não fazia parte nos textos, mesmo sabendo que o país em sua essência é agrário, não houve uma devida atenção, percebe-se o quanto as marcas na história dessa educação vêm sendo sofrida, castiga pelo tempo do descaso. Leite (1999, p.28) afirma:

A sociedade brasileira somente despertou para a educação rural por ocasião do forte movimento migratório dos anos 1910/20, quando um grande número de rurícolas deixou o campo em busca das áreas onde se iniciava um processo de industrialização mais amplo.

Entende-se que assim surgiu o ruralismo pedagógico no campo, fixar o sujeito nas terras, tida como rural, juntamente deveria vir o ensino, e a preservação de sua cultura. E realmente se instalou a educação nos campos, mas como já mencionado, de forma precária, imitada, imposta pelos sistemas. Leite (1999) em seus estudos sobre educação rural destacou que houve um grande número de analfabetismo na área rural, surgindo uma preocupação, que foi destacado no VIII Congresso Brasileiro de Educação. Marcando a história desse período por haver uma gradativa substituição de poder da elite agrária para a camada emergente industrial. Mas não se pretende focar nesse contexto histórico, somente esclarecer que desde muito tempo a Educação do Campo tem suas marcas de contradição, onde os privilegiados, as elites detentoras de poder põem seus interesses pessoais acima da necessidade dos povos do campo, deixando marcas de discriminação, vista preconceitosamente, não valorizando sua riqueza e importância.

Na Constituição de 1988, a educação fica como destaque, ser um direito de todos, e seguindo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96, surgindo o reconhecimento dos diversos do campo, nos artigos 23,26 e 28 tratam das questões das escolas do campo, para atender de acordo com a realidade, as peculiaridades dos sujeitos do campo. De acordo com a LDB artigo 28, onde se refere:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I- conteúdos curriculares e metodologia apropriada às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II- organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III- adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996).

Vale ressaltar que o artigo deixa claro o respeito à diversidade dos camponeses, acolhendo suas diferenças, sem tratá-la com desigualdade, tendo que os sistemas de ensino se adequem a sua forma de organização. A Legislação consolidada é clara, no entanto na prática o que se encontra nas escolas do campo são o esquecimento, a negação ao atendimento de qualidade e prioritário aos povos do campo.

Portanto é necessário pensar e articular uma Educação do Campo como uma ação transformadora e concreta para a conquista de um novo projeto de sociedade, sendo baseada em concepções e princípios, historicamente construídos pela classe trabalhadora.

REALIDADE DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO/NO CAMPO

A Educação do Campo tem como um dos grandes desafios, a conquista e ocupação das escolas do/no campo. Na construção de fixar, manter as escolas no campo, na consolidação por uma educação pensada e tratada para o

sujeito campesino. Construída com os sujeitos do campo, conforme suas necessidades específicas e próprias dos diversos.

Ao longo da história a Educação do Campo sofreu o descaso e foi descaracterizada, pois não consideraram os sujeitos que vivem no campo, e assim acarretou para a migração desses para os centros urbanos, onde se priorizam os investimentos do capital. No entanto, de acordo com o plano de desenvolvimento nacional, seria de competência, cabendo ao Estado garantir, assegurar as políticas públicas educacionais que contribuíssem para amparar, formando cidadãos, e se tratando desses no Campo, de acordo com suas especificidades, considerando seus interesses, valores culturais, atendendo uma escolarização com qualidade, acesso e permanência dos alunos na escola do/no campo. Ressalta-se que os jovens e adultos do campo, almejam um projeto de educação voltada para seu contexto de vida, onde sejam protagonista e contribuinte de sua própria história, conforme Paulo Freire defende (1982) onde defende que a educação venha formar pessoas que se façam presentes da história. Pois a educação só terá sentido se estiver formando cidadão para fazerem história e não serem representados por ela, ou seja, que seja formação de sujeitos transformadores.

O que se percebe de acordo com a pesquisa na EJA do Campo, é tratado como uma educação compensatória, e esta não prioriza a formação, não respeita e valorizam as vivências e necessidades do trabalhador do campo, seu desenvolvimento assim como o ser crítico que venha a ser. Dessa forma a educação que vem sendo praticada no campo, não trabalha as potencialidades dos jovens e adultos, enquanto sujeito trabalhador, profissional e sua especificidade cultural e, contudo, humanas.

Geralmente ouvimos falar em educação hegemônica, um espaço físico escolar onde todos são tratados igualitários, sem opressores e oprimidos. No entanto muitos, dentre crianças, jovens e adultos, foram excluídos e

se tratando do campo, mais ainda deixaram marcas dessa exclusão. Tratados com discriminação, alheios à educação, pois deve ser um direito de todos, inclusive dos povos do campo, conforme a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 205 destacando a educação como direito de todos.

A realidade da Educação de Jovens e Adultos do Campo é visível, muitos não concluíram o Ensino Fundamental, outros nem sabem escrever seu nome. Tornando preocupantes nas colônias, vicinais e agrovilas, em pleno século XXI pessoas excluídas da educação, desmotivadas, envergonhadas por não saberem assinar documentos necessários e que retratam sua cidadania. Por não ser de interesse da classe dominante, que por sua vez sabem perfeitamente das necessidades desses sujeitos, pois os jovens e adultos do campo não precisam de estudo para trabalhar na roça, na lavoura, tratando o como ruralizado. E muitos para dar continuidade aos estudos tendem a sair do campo, em busca de escolas da cidade, o qual acabam sendo marginalizados por não terem uma base protetora, da qual precisam se manter e sua mão de obra na cidade acaba sendo barata. Reafirmando perante a sociedade o estereótipo de que os sujeitos que vem do campo são caipiras e não sabe trabalhar na e que a educação é desenvolvida na cidade.

No campo a EJA enfrenta muitos desafios, um dos fatores das dificuldades que enfrenta é frequentar as escolas sem evasão, pois muitos se evadem por não ter acesso fácil, as estradas deterioradas, e isso quando há estradas, a falta de transporte escolar, outros são precários e quando atendem, é somente para as crianças. A maioria mora nas vicinais em seus lotes, o qual dificulta o seu acesso à escola, por tais motivos citados. Tais preocupações já citadas no decorrer do texto, fizeram o surgimento em dá um tratamento especial e diferenciado aos alunos da educação básica e para a modalidade de Educação de Jovens e Adultos, em inserir estes estudantes ao ensi-

no de qualidade, ao direito que lhe foi negada pelo tratamento da desigualdade e falta de oportunidade. Borges (2014, p.27), afirma:

Diante deste quadro, é notória a existência de vários programas ligados à Educação de Jovens e Adultos, tanto por parte do Governo Federal, como pela iniciativa privada nos últimos anos. Todos eles visam melhorar o nível de escolaridade dessa população. Mas esses estudantes, muitas vezes são oriundos das camadas populares, frutos das desigualdades sociais (conforme PNE), sendo que 30% desta população encontra-se nas regiões Norte e Nordeste do país.

O que se constata ainda o baixo nível de atendimento de escolaridade para essa modalidade, e no campo a situação é muito séria, pois os jovens e adultos se encontram a mercê da própria sorte. Esse quadro aproxima mais ainda a situação alarmante de pessoas expostas, com uma vida precária, vulneráveis em condições desfavoráveis, diante do social.

O que se percebe, e traz uma reflexão, são questões vistas de um ângulo perante a Constituição Federal, que é consolidada e ainda encontra-se em contradição com a realidade da EJA na Educação do Campo.

A ESPECIFICIDADE DO ENSINO DE HISTÓRIA NA ESCOLA DO CAMPO

Para os historiadores, a História é uma ciência com seus métodos e objetos de estudo. A realidade deve ser sempre questionada, considerada, ordenada e alisada a partir de determinados procedimentos metodológicos próprios da área. O processo de transformação da História em disciplina ensinável, se deu primeiramente na França, pelas transformações revolucionárias do século XIX. Segundo Nadai (1986, p. 106):

O século XIX acrescentou paralelamente aos grandes movimentos que ocorreram visando construir os Estados Nacionais sob-hegemonia burguesas,

a necessidade de retornar-se ao passado, com o objetivo de identificar a “base comum” formadora da nacionalidade. Daí os conceitos tão caros às histórias nacionais: Nação, Pátria, Nacionalidade, Cidadania.

Sendo assim o ensino de História, percorreu vários caminhos como disciplina, numa trajetória plural e de difícil mapeamento, passando por várias transformações, dentre estes sendo baseada, tendo como referência no ensino Europa Ocidental, pois de acordo com Nadai (1986), foi vista como a verdadeira história da civilização, onde consistia em biografias de homens ilustres, de datas e batalhas.

Diante dessa referência os conteúdos passaram a ser ensinados pelos mesmos métodos vindo da Europa, como demonstram as Diretrizes da Lei de Educação de 1931 e 1961, e como se confirma nos programas que passaram a ser utilizados nas escolas. Os principais conteúdos de história do Brasil tinham como objetivo a constituição e a formação da nacionalidade, com os heróis e marcos históricos, para se focar no ensino voltado para a pátria, portanto um ensino tradicional.

Com a necessidade de adequação ao mundo contemporâneo, foi criada a Lei n.9394, de 20 de dezembro de 1996, estabelecendo a organização dos currículos, e em 1997 o MEC propôs os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), com a intenção de que servissem como referência em conteúdos e metodologias de ensino, tentando diminuir as diferenças encontradas no ensino. Segundo documento do MEC (BRASIL. MEC/SEF, 1997. p. 49):

O termo parâmetro curricular visa comunicar a ideia de que, ao mesmo tempo em que pressupõem e se respeitam as diversidades regionais, culturais e políticas existentes no país, possam ser construídas referências nacionais que sejam capazes de dizer quais os “pontos comuns” que caracterizam o fenômeno educativo em todas as regiões brasileiras.

O que se percebe que com os Parâmetros Curriculares Nacionais, especificamente voltados para o ensino de História na EJA, era a tentativa de superar o ensino da História baseado na cronologia. E se tratando do sujeito do e na escola do Campo, se faz necessário retratar a especificidade do ensino de História, como ponto de partida voltado para o estudo da história ao desenvolvimento da noção de sujeito histórico, sendo relevante ao sujeito do Campo, e aluno da EJA, pois irá propiciar o seu autoconhecimento, sua compreensão, como produtor de história e de saberes. De acordo com Fonseca (2009, p. 65-66):

As relações de trabalho, o cotidiano, o lazer-entfim, os diferentes modos de viver-podem ser explorados, favorecendo o debate das noções de espaço, tempo, cultura e grupo social não como algo natural e harmônico, mas permeado de contradições. O conhecimento e o respeito às diferenças devem ser estimulados de forma a não permitir a formação de atitudes autoexcludentes da sociedade e da história.

Dessa forma, entende-se que a especificidade do ensino de História na Educação do Campo perpassa por uma história, que pode ser levada para os sujeitos camponeses de forma dinâmica, onde os conceitos, os conhecimentos, as teorias, deixam de serem verdades prontas, acabadas, estáticas, absolutas, europeias e incontestáveis, passando a concretizar-se em temporal, limitado, parcial, sempre em construção, em movimentos, e juntos a esse processo as interpretações e contextualizações do sujeito, na relação do homem com a ação de suas vigências. De fato, que valorize a especificidade do aluno do Campo, diante de sua realidade, voltado ao ensino de história que atenda um projeto de Educação do Campo.

SITUAÇÕES ENCONTRADAS: DADOS PRELIMINARES

Com base nas respostas das professoras que se dispuseram colaborar na pesquisa, foi possível notar a existência de certas confusões conceituais, imprecisões e limitações teóricas e metodológicas que acompanham a formação e o trabalho dos sujeitos que fazem a educação do campo nas escolas pesquisadas. Tal fato pode ser observado nas respostas obtidas por meio dos questionários aplicados aos professores.

Assim, na tentativa de compreender os processos e procedimentos metodológicos empregados no ensino de História, especialmente aqueles processos colocados em curso pelas professoras da EJA, foi possível visualizar de forma ampliada o perfil de seus atores, tendo por referência o contexto escolar e toda a sua complexidade.

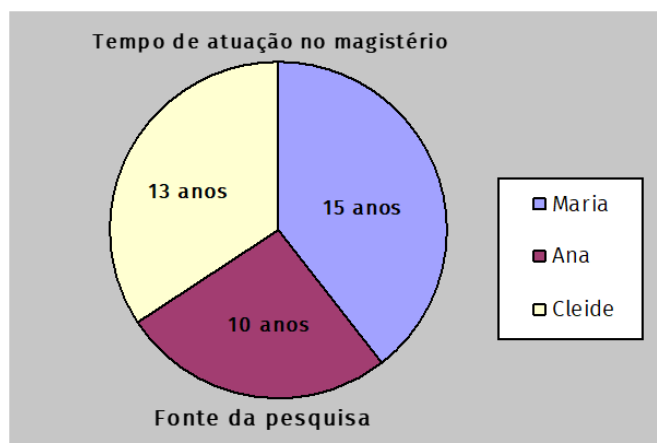


Figura 1. Tempo de atuação no magistério.
Fonte: Autores (2014).

Os questionários aplicados revelaram que todos os professores entrevistados mesmo atuando a bastante tempo no magistério (conforme gráfico produzido acima) todos com dez anos de atividades ou mais, demonstravam pouco conhecimento teórico e prático acerca da educação do campo praticada com jovens e adultos, conforme se pode observar nas respostas à pergunta o que você entende por Educação do Campo?

Professora Maria: Que é uma educação voltada para os alunos que moram na zona rural.

Professora Ana: Sendo franca, não entendo sobre educação do campo, no meu entendimento é a escola, estudos para os alunos que moram no interior, onde não tem como eles irem pra cidade estudar.

Professora Cleide: Não tenho informação e nunca estudei a respeito desse tipo de educação, mas arrisco falar que é uma educação centrada nos alunos do campo.

A honestidade das respostas, bem como o conteúdo das mesmas revelam um ambiente desfavorável e por isso preocupante na condução do fazer pedagógico aplicado ao contexto das escolas do campo. Vítima de um processo que tenta descaracterizar a especificidade de seus conteúdos, procedimentos metodológicos e sujeitos que a ela se destina, a educação e as escolas do campo recebem professores que superficialmente entendem o contexto e a especificidade dessa educação.

Assim uma ideia recorrente insiste em considerar que a educação do campo se restringe a pura oferta de escolas para os trabalhadores do campo e seus filhos. Por seu enraizamento histórico essas ideias se prendem no imaginário social e transitam livremente entre aqueles que deveriam, conscientemente e politicamente esclarecido, saber distinguir os discursos e as práticas fundantes dos processos educativos. Essa realidade lamentável, mas presente, é facilmente identificada nas falas das professoras que participaram da pesquisa.

Lembra Arroyo (2007, p. 171), que:

Um corpo de docentes e gestores que chega cada dia da cidade à escola rural, sem conhecer os significados dessa tensa realidade na conformação das crianças, dos adolescentes, jovens ou adultos do campo não terá condições de ser educador, educadora, docente, gestor. Nessa tensa dinâmica do campo, radica a urgência de políticas pú-

blicas específicas de educação e de formação de um corpo profissional. Em síntese: as políticas de formação terão de estar inseridas em uma nova responsabilidade pública do Estado para um projeto de campo e, especificamente, para a garantia do direito universal dos povos do campo à educação.

E essa falta de formação especializada para trabalhar com as populações do campo torna-se ainda maior e evidente quando essa população é constituída por jovens e adultos. Vejamos o que responderam as professoras pesquisadas quando perguntamos quais procedimentos metodológicos elas utilizam para ministrar os conteúdos da disciplina História?

Professora Maria: Eu utilizo livros pra elaborar meu plano de aula, levo os conteúdos aos alunos e explico, depois faço um exercício para fixar a aprendizagem.

Professora Ana: Tento ser inovadora, mas percebo que muitas vezes ainda me pego mediando os conteúdos no tradicional, é muito difícil trabalhar com a EJA, muitos alunos não demonstram ter interesse nos assuntos das aulas.

Professora Cleide: Tento dinamizar minhas aulas com os alunos, além das aulas expositivas, de leituras em grupo, atividades em grupo.

A incapacidade de compreender a particularidade da educação do campo leva ao reprodutivismo didático e a miopia metodológica, que associados ditam a tradição e o conformismo cotidiano dos educadores. E estes por sua vez sem suporte e mesmo sem condições materiais objetivas encontram refúgio nos livros descontextualizados e programados para fazerem defesa de uma lógica excludente dos saberes dos sujeitos do campo.

O ritmo adotado no processo de ensino dos sujeitos do campo, nessa lógica urbana, em nada se diferencia do ritmo colocado em curso pela maioria das escolas urbanas Brasil a fora. Com a força da tradição de um ensino bancário, o ensino com significado e con-

textualizado se traduz em mera imaginação e imitação do ensino urbano.

Lembra Arroyo (2007, p. 159) que:

As consequências dessa inspiração no paradigma urbano são marcantes na secundarização do campo e na falta de políticas para o campo em todas as áreas públicas, saúde e educação de maneira particular. O campo é visto como uma extensão, como um quintal da cidade.

É preciso considerar, entretanto, que os professores assim como os estudantes das escolas do campo, são igualmente vítimas do processo de precarização do trabalho docente como um todo. Essa precarização do trabalho atinge todos os níveis e dimensões da vida do professor. De tal ordem que ao serem perguntadas sobre as quais as dificuldades encontradas na prática profissional no ensino de história na EJA para sujeitos do Campo? Os professores não hesitaram em apontar os principais desafios por eles enfrentados.

Professora Maria: A falta de apoio do sistema, de material didático e de formação específica para qualificar o professor da EJA.

Professora Ana: As minhas dificuldades são muitas, como a falta de apoio da secretaria em material didático, em formação continuada, acompanhamento da coordenação, e um que considero maior, é fazer com que os alunos continuem seus estudos, pois muitos desistem, e não consigo fazer eles retornarem, ficam totalmente desinteressados.

Professora Cleide: São muitas, mas posso destacar entre tantas a falta de compromisso do sistema, como a secretaria de educação em apoio tanto pedagógico, materiais e principalmente na formação de professores para trabalhar com a EJA.

Essa falta de apoio denunciada é o resultado e reflexo de uma lógica que esvazia o sentido espiritual da educação cidadão e crítica. Já que na pobreza material, na escassez

de recursos e de vontade de fazer, mora a indiferença substantiva que serve de combustível para as posturas individualistas.

Lembra Freire citado por Barreto (1998, p. 65) que:

[...] o papel do educador não é propriamente falar ao educando, sobre sua visão de mundo ou lhe impor esta visão, mas dialogar com ele sobre a sua visão e a dele. Sua tarefa não é falar, dissertar, mas problematizar a realidade concreta do educando, problematizando-se ao mesmo tempo.

E essa educação problematizadora não se faz sem as condições históricas, materiais e culturais necessárias. Não é aceitável que a educação dos sujeitos do campo seja uma educação menos ou feita de qualquer jeito. Assim lembra Arroyo (2007, p. 162) que:

Os direitos não são construções acabadas, estão em permanente reconfiguração, na medida em que são construções históricas. Foram construídos em tensões sociais, políticas e culturais, refletem interesses locais, de grupos. Os movimentos sociais como coletivos de interesses organizados colocam suas lutas no campo dos direitos, não apenas de sua universalização, mas também de sua redefinição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme a pesquisa realizada, pode-se confirmar que atendeu ao que se propôs, pois possibilitou, por meio do estudo bibliográfico e da pesquisa de campo, pela investigação do cotidiano escolar, conhecer o universo da EJA no município em questão, buscou-se entender um pouco mais de seus sujeitos e diagnosticar, quais procedimentos metodológicos são realizados no ensino de História, assim como os principais impasses e desafios que são vivenciados pelos docentes e educadores da Educação do Campo.

Nasescolas observadas constatou-se a necessidade de transformação, de inovar as práticas pedagógicas dos professores, em busca de mudança que venha atender de fato às especificidades do público que atende, sendo necessário colocar em prática orientações voltadas exclusivamente para a EJA. E se tratando dos impasses e desafios, dois aspectos se tornaram evidentes, para esse processo de mudança e necessários para se concretize, a falta de uma formação específica para o professor de EJA, para que assim possa sair dos resquícios de um passado negligenciado, o que colabora para reafirmar o lugar que é conferido a EJA nas políticas públicas educacionais, e especificamente aos educandos da Educação do Campo.

Sabendo-se que vários aspectos da EJA estão em discussão, e esta pesquisa possibilitou evidenciar a necessidade pela qual passa a EJA na Educação do Campo, e a devida atenção, em ações voltadas para a formação de professores do Campo, que atuam nessa modalidade, não somente numa formação específica para uma prática pedagógica para os diversos, mas diante de uma preocupação no âmbito da escola do Campo, para uma qualidade de ensino, dos materiais, do currículo, da oferta a ser oferecido a esse público, e que se possa colocar em cumprimento o que está prescrito em Lei.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, S. R. M. **Escola para o trabalho escola para a vida: o caso da Escola Família Agrícola de Angical – Bahia. 2005. 419 p. Dissertação (Mestrado)**- Universidade do Estado da Bahia, Salvador. 2005.

ARROYO, M. G. **Políticas de formação de educadores(as) do campo.** Cad. CEDES [online]. 2007, vol.27, n.72, pp. 157-176. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v27n72/a04v2772.pdf>.

BARRETO, V. **Paulo Freire para educadores.** São Paulo: Arte & Ciência, 1998.

BORGE, H. S. **Educação de Jovens e Adultos: Marcos Legais, operacionais, políticos e metodológicos na Educação do Campo.** BK editora, Manaus – 2014.

BRASIL. LDB, Lei 9394/96 **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília: Corde, 1996.

BRASIL. **Constituição. República Federativa do Brasil,** 1988. Ministério da Educação.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: história e geografia.** Brasília, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. **Guia dos Livros Didáticos do PNL D EJA 2014 /** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. – Natal: EDUFRRN, 2014.

CALDART, R. S. Elementos para construção do projeto político pedagógico da educação do campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de (Orgs). **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo.** Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2004.v.5.

FONSECA, S. G. **Fazer e ensinar História.** Belo Horizonte: Dimensão, 2009.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam.** 15ª ed. São Paulo: Cortez, 1982.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** 26ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GHEDIN, E. **Educação do Campo**: a epistemologia de um horizonte. Manaus: Valer, 2007.

LEITE, S. C. **Escola rural**: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 1999.

NADAI E. **A escola pública contemporânea**: os currículos oficiais de Histórias e o ensino temático. In: Sociedade e trabalho na História. Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v.6, n.11, set.1985/fev.1986.

SOARES, L. J. G. **A educação de jovens e adultos**: momentos históricos e desafios atuais. Revista Presença Pedagógica, v.2, nº11, Dimensão, set/out 1996.

VARGAS, M. C. **Uma história em construção**: EJA no campo. In: TV Escola, Saltopara o Futuro. Educação de Jovens e Adultos: continuar... e aprender por toda a vida. **Boletim**, 20 a 29 set. 2004.